

## A Utopia como consciência subversiva

Diogo Cesar Nunes\*

**Resumo:** A realidade ainda-não-veio-a-ser, diz Ernst Bloch. Ela é mediação entre presente, passado pendente e futuro possível: ela é hiato, inacabada, em devenir inconcluso. Na trilha do ainda-não, o pensamento utópico explora esse espaço de angustia, temor, esperança e sonhos que dão sentidos e significados àquilo que, irrompendo, ainda não é efetivo, mas que, possibilidade, acossa o instante vivido. A Utopia é, portanto, o modo de “estar-no-mundo” da consciência inconformada, e que tende muitas vezes a sentir-se como um estrangeiro, ou ao sabor de Quintana, como que se a alma pertencesse a um outro mundo.

**Palavras-chave:** consciência utópica; Ernst Bloch; filosofia da esperança.

**Abstract:** The reality not-yet-being, says Ernst Bloch. It's intercession between present, pending past and possible future: it's hiatus, unfinished, incessant and inconclusive becoming. On the trail of not-yet, utopian thinking explores this gap of anguish, fear, hope and dreams that give meanings to what, breaking even, is not effective, but as possibility, presses the moment lived. Utopia is thus the “being-in-the-world” of the fretful awareness, which often tends to feel like a foreigner, or as says Quintana, as if the soul belongs to another world.

**Key words:** awareness utopian; Ernst Bloch; philosophy of hope.



\* **DIOGO CESAR NUNES SILVA** é Historiador, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, UERJ, Bolsista FAPERJ e Membro dos Grupos de Pesquisa Subjetividade e História, e Subjetividade e Literatura (PPGPS-UERJ).

*“E quando minha alma esfaçada a todo instante pelos telefones fugir desesperada, me deixará aqui, ouvindo o que todos ouvem, bebendo o que todos bebem, comendo o que todos comem. A estes, a falta de alma não incomoda. (Desconfio até que minha pobre alma fora destinada ao habitante de outro mundo).*

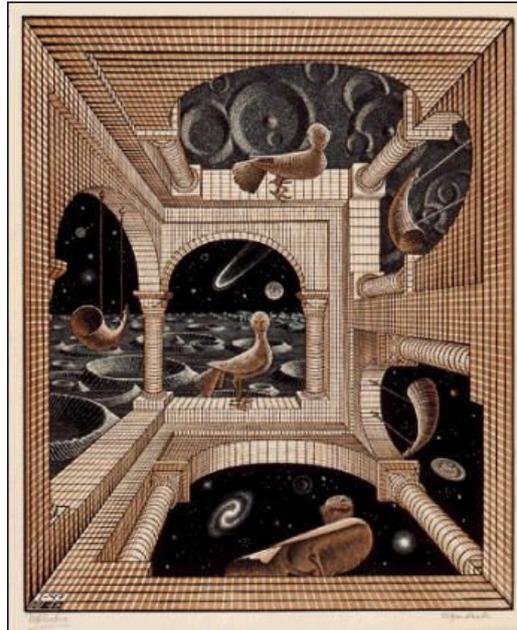
*[...] E apenas sentirei, uma vez que outra, a vaga nostalgia de não sei que mundo perdido [...]*”

**Mario Quintana.**

## 1. Utopia e Resignação

Numa sociedade marcada pelo princípio da utilidade, pela instrumentalização do mundo dirigida a satisfações mercadológicas e a lógicas de produtividade que, no fim, atendem interesses também de mercado, a palavra Utopia aparece cada vez mais associada à anti-produtividade, ao irreal, ao impossível. Imaginação, fantasia e utopia são constantemente relegadas pela *doxa* ao insano e nefasto mundo ou da falsidade e/ou da perda de tempo. Àquele que se aventura em explorar possibilidades imaginárias, outros mundos melhores e mais justos, é presente a chamada de atenção à “realidade dos fatos”. Como bem disse Adorno, “ser um homem com os pés no chão ou com a cabeça nas nuvens, eis a alternativa”. (ADORNO, 2008, p. 18).

É neste sentido que pensadores como Adorno, Marcuse e Horkheimer trabalharam tão insistentemente na sentença de que extrair dos indivíduos conformação é um dos meios mais eficazes – se não o principal – de controle social e político. O indivíduo



M. C. Escher, *Other World*

domesticado, conformado à lógica da produtividade e do princípio da utilidade tem seu plano de satisfações estreitado à reprodução deste mesmo sistema mercadológico e reificador. Os ditos “avanços” tecnológicos que presumidamente seriam meios para uma vida melhor convertem-se, na

prática, em fins – coisas, bens – e, em contrapartida, aquilo que seria objetivo destes – a felicidade, a saúde, por exemplo – se tornam meios que ganham significados “exclusivamente a partir de sua potencialidade funcional”. (HORKHEIMER, 2002, p. 98).

A felicidade se apresenta como um *topos* ideal inalcançável e quimérico, reduzindo-se a breves satisfações efêmeras e imediatas de consumo, de modo que cumprir com estas satisfações, consumir bens, se estabelece como finalidade e objetivo da existência. Assim, diz Marcuse: “o indivíduo que coloca seu objetivo supremo, sua felicidade, nesses bens, se converte em escravo de homens e de coisas que se subtraem a seu poder: renuncia à sua liberdade”. (MARCUSE,

2006, p. 90).

Se a sociedade contemporânea dispõe de aparatos tecnológicos que forjam uma independência do homem em relação à natureza, criando artificios do (e para o) seu domínio pela ciência, a estes mesmos artificios o indivíduo deve submeter-se para poder sobreviver. Como sustentou Horkheimer, o aumento dessa independência é também o aumento da passividade: “o indivíduo, purificado de todos os resíduos das mitologias, reage automaticamente de acordo com os padrões gerais de adaptação”. (HORKHEIMER, 2002, p. 102).

Esta lógica de mercado da sociedade contemporânea, instrumentalizadora e funcional, que apela à conformação, à passividade e estreita o objetivo da existência à sua reprodução, associa imaginação à não-razão, Utopia ao quimérico, fantasia a impulsos pueris. Diz-se que “imagina coisas” aquele que mente; diz a professora ao aluno que “volte ao mundo real” e não se perca no “mundo das ideias”, e a rejeição ao sonho atravessa instituições e consciências desde a mais tenra idade. Não obstante, a Utopia é vista com desconfiança e desprezo pelo indivíduo reificado e funcional: ele não tem tempo a perder com o impossível. Em suma, deixar a imaginação livre “para a construção de um mundo mais belo e mais feliz permanece privilégio das crianças e dos loucos”. (MARCUSE, 2006, p. 155).

## 2. Utopia, Esperança e Futuro

Mas se a instrumental sociedade contemporânea pejora e marginaliza a Utopia, em contrapartida a Utopia denuncia a não-liberdade dessa ordem, confrontando o instante a melhores possibilidades. A Utopia não se volta à

“realidade dos fatos” unicamente para compreender o mundo, mas para questioná-lo, inquirindo-o a partir não da própria faticidade e/ou do passado, mas sobretudo do que poderia ter acontecido e do que ainda não aconteceu. Neste sentido, o “*status futuro*” é componente essencial deste plano, não somente como horizonte – lugar no tempo, *topos* – para o qual se lançam as atenções, esforços e atividades, mas como parte de uma outra ontologia da realidade – uma vez que a “realidade efetiva”, para qual tende o processo histórico e social, “ainda não está dada”. Por isso, diz Ernst Bloch: “a limitação da realidade ao fato foi bem pouco realista, [já que] a realidade ainda não foi elaborada, que ela contém em sua margem coisas que se avizinham, que estão irrompendo”. Perguntar-se pela Utopia é, portanto, questionar a realidade.

“Chegou a hora de um novo conceito de realidade, diferente do conceito tacanho e enrijecido da segunda metade do século XIX, diferente do conceito do positivismo avesso ao processo e também do seu correspondente: o mundo ideal descompromissado da pura aparência. Um enrijecido conceito de realidade penetrou até no marxismo, fazendo com que ele se tornasse esquemático. Não é suficiente falar de um processo dialético, e depois tratar a história como uma série de fatos fixos que sucedem um ao outro ou ainda como “totalidades” fechadas. Aqui há o perigo de um estreitamento e de uma redução da realidade, um abandono da “força atuante e da semente” contidas nele – e isso não é mais marxismo”. (BLOCH, 2005, vol.1, p. 195-196).

Fronte, por um lado, à predominância do “economicismo” no materialismo

dialético, e, por outro, ao relativismo contemporâneo, a filosofia de Ernst Bloch sobrevive alimentando os espíritos inquietos que não se conformam com a submissão epistemológica do sujeito às instituições e aos ditos “contextos”, com a reificação do homem, com a lateralização do sonho utópico e com a resignação perante a “tecnificação” do mundo. A realidade utópica, que evidencia o futuro, é uma realidade outra das do positivismo satisfeito, das teorias que buscam somente nos “fatos passados” a explicação do presente e sobretudo das que pensam esses fatos como “acabados”, consumados.

“Da descoberta leibniziana do subconsciente, passando pela psicologia romântica da noite e do passado primevo, até a psicanálise de Freud, (...) só a “aurora para trás” foi descrita e analisada. Acreditava-se ter sido descoberto que todo presente está carregado de memória, carregado de passado no porão do não-mais-consciente. Não se descobriu que, em todo presente, mesmo no que é lembrado, há um impulso e uma interrupção, uma incubação e uma antecipação do que ainda não veio a ser”. (BLOCH, 2005, vol. 1, p. 22).

Se existir é devir, sustenta Bloch, também o é a realidade na qual se dá a existência. Uma vez que processo e movimento, a realidade é fluxo, incessante transformar-se, contínuo vir-a-ser: ela “é a mediação vastamente ramificada entre o presente, o passado pendente e sobretudo o futuro possível”. (BLOCH, 2005, vol. 1, p. 194). Íterim deste curso, há na realidade “esse poder-vir-a-ser inconcluso, este ainda-não-estar-concluído, tanto na sua base, quanto no seu horizonte”. Em outros termos, o “acontecido” não esgota a

realidade, mas é parte dela, como são as possibilidades: mesmo aquelas que, no tempo passado, se abriram como horizontes possíveis de futuro.

A “abertura” ao futuro, ao ainda-não-concluído, tanto na ontologia da realidade quanto na do Ser, é a pedra fundamental da filosofia da Esperança blochiana. Com ela fundamenta-se uma noção de Utopia que não só escapa ao reducionismo racionalista que a prende numa relação dual com a realidade, mas que, parte fundamental desta, a nega. Pois, se a não-conformação é a forma de ser-no-mundo, por excelência, da consciência utópica, a negação é a sua atividade primordial. Como diz Carlos Lima, a utopia “só pode ser compreendida se relacionada com a dialética como princípio da negatividade”. (LIMA, 2008, p. 15).

Traduzir U-topia como “*nenhum* lugar” ou “lugar *nenhum*” é uma redução equivocada, já que isto seria A-topia. O prefixo grego *ouí* remete à negação, no caso do *outopos*, da *utopia*, negação de lugar, “o que nos leva a definir *utopia* primeiro e fundamentalmente como negação do lugar, ou *lugar-outro*”.

“A partir deste corte hermenêutico, podemos enunciar que a utopia [*outopos*] vem a ser a negação do lugar, o lugar da negação: lugar-outro, clinâmen, desvio, cruzamento, descaminho, encruzilhada, excêntrico. O que funda a utopia é o logos selvagem, a razão bárbara, o logos esquerdo, o logos descontínuo, o logos da transversalidade, o logos excêntrico”. (LIMA, 2008, p. 16).

Pensar a noção de Utopia não somente como “negação de lugar”, mas também como “lugar de negação”, abre caminho para que a tratemos não estritamente como um conceito pertencente à história

da filosofia ou como um gênero literário, mas como um *logos*, uma consciência. Permite que a pensemos como “uma gramática da subversão”, que não se permite conformar com o precário que aí está, não permite a resignação. Daí também a íntima relação entre Utopia e futuro, pois a consciência utópica não se conforma com o mesmo, com o atual, o presente. Como escreveu Carlos Lima,

“A utopia é a arqueologia do amanhã; o utopista é um arqueólogo do futuro. A utopia tem, portanto, sentido de insurreição, revolta; destruição da ordem, do lugar. Assim como também: subversão das relações de poder, (...) travessia, fronteira, passagem, errância. A utopia: lugar não-reificado”. (LIMA, 2008, p. 16).

O caráter subversivo da consciência utópica se revela, pois, na negação da realidade dada. Na imaginação de mundos-outros, no investimento criativo das possibilidades, exerce um “pensar-contra” forja “furos” no espaço e/ou no tempo. Assim, “seu fundamento é o descontínuo da fragmentação do tempo cronológico”. (LIMA, 2008, p. 17).

Mas este pensar-contra, a negatividade que caracteriza o *logos* utópico, se – enquanto projeção de possibilidades – é parte da realidade, não está “fora” do processo, do está-aí. Na superação (dialética) da realidade dada que o pensamento utópico estimula e experiencia, o instante vivido negado não é ocultado nem omitido. Não se trata, assim, de um querer ensimesmado, interiorizado e abstrato, muito embora subjetivo. A Esperança, princípio pelo qual o futuro se permite experienciar, acontece num primeiro momento interiormente, no desejo, na carência, na vontade. Contudo,

“Nada circularia interiormente se o exterior fosse totalmente estanque. Nenhum objeto poderia ser reelaborado conforme o desejo se o mundo tivesse encerrado, repleto de fatos fixos ou até consumados. No lugar deles há apenas processos, ou seja, relações dinâmicas nas quais o existente dado ainda não é completamente vitorioso”. (BLOCH, 2005, vol.1, p.194).

Se a imaginação utópica, o sonho diurno, explora o poder-vir-a-ser, o desconhecido, mundos-outros, não-lugares, aquele que imagina e sonha o faz de algum *lugar*, a partir das suas condições também materiais, culturais e históricas. Se o sonho transpõe, “aquilo que aí está” não se omite, nem se oculta. No imaginar que é andar para frente, as marcas dos pés não se apagam completamente do solo – por mais que o tempo as maquie ou esconda –, nem os próprios pés pisam impunes ao barro da estrada. O navegante que se aventura pelas águas-outras da Utopia parte de algum porto, por mais que a ele não se pretenda retornar; como um estrangeiro em exílio não perde o sotaque natural, ou como escreveu Quintana, a velha casa em que se nasceu nunca é por completo abandonada.<sup>1</sup>

### 3. Utopia e Ficção

A Utopia, o sonho acordado, é capaz de pôr em xeque a realidade fática, evidenciando o inacabado, o poder-vir-a-ser do mundo, pois “o que caracteriza o amplo espaço da vida ainda aberta e ainda incerta do ser humano é a possibilidade de velejar em sonhos”. (BLOCH, 2005, vol. 1, p. 194). Pois “um sonhador sempre quer mais” (BLOCH, 2005, vol. 2, p. 9), e a Utopia

<sup>1</sup> “Não importa que a tenham demolido. A gente continua morando na velha casa em que nasceu”. (QUINTANA, 1997, p. 121).

lhe abre caminhos possíveis para que o pensamento não fique paralisado na obscuridade do instante. E é na não-impossibilidade do sonho que a Utopia encontra oxigênio. A Utopia enquanto ficção é, assim, materialização em palavras e imagens de pensamentos críticos: céticos, otimistas ou mesmo pessimistas, que, explorando mundos-outros, não-lugares no tempo e/ou no espaço, fazem “emergir a face de sombra da ordem estabelecida”.

Decerto que a filosofia e a literatura não sejam os únicos meios pelos quais a consciência utópica se manifesta, através delas podemos conhecer e nos relacionar com a consciência crítica, de sorte que a própria palavra utopia tenha conhecido vida na literatura ficcional, com Thomas Morus, no século XVI. Ela ali nasceu e, a partir da literatura, teve construídas suas bases ontológicas e epistemológicas. Contudo, por se tratar da Utopia de uma consciência essencialmente negativa, inconformada e subversiva, suas manifestações ao longo da história ocidental não se apresentam de modo linear e coerente dentro de um diacrônico contexto pré-definido. Entretanto, a Utopia como ficção, com destaque à chamada Ficção Científica, nos permite conhecer a imaginação utópica enquanto criação: enquanto negação criativa que recorre a elementos culturais do seu tempo para pensar o conhecido através do Outro.

O pensamento utópico moderno, com a aurora da Ficção Científica, nos força a operar uma categorização da sua manifestação: entre *eu*-topias e *dis*-topias. A Utopia enquanto projeção “do melhor”, da sociedade perfeita, do *topos* ideal, tem um lastro extenso na tradição intelectual ocidental. Não fugindo ao *u-topos*, essa negação do lugar projeta um “*bom* lugar”, caracterizado pelo radical

*eu*. Referindo-se às eutopias, diz Isaiah Berlin:

“De um modo geral, as utopias ocidentais tendem a conter os mesmos elementos: uma sociedade vive em estado de pura harmonia, no qual todos os membros vivem em paz, amam um aos outros, encontram-se livres de perigo físico, de carências de qualquer tipo, de frustração, desconhecem a violência ou a injustiça, vivem sob uma luz perpétua e uniforme”. (BERLIN, 1991, p. 29).

A sociedade ideal, sem imperfeições, vícios e misérias, situa-se na imaginação enquanto mundo-outro, além ou aquém da realidade social empírica. Trata-se, assim, de uma tradição milenar, que remonta a Homero e Hesíodo, passando por Platão e pelo Jardim das Delícias da cultura hebraica. A associação utópica moderna entre razão e felicidade – portanto eutópica – é, deste modo, herdeira desta tradição. Diz Luiz Bicca: “em uma comunidade de indivíduos livres, de cidadãos agindo movidos pela razão, a felicidade é algo que se tornaria acessível a qualquer um”. (BICCA, 2003, p. 80).

Por outro lado, um outro tipo de manifestação da consciência utópica se faz notável desde o findar do século XIX. Trata-se da *dis*-topia, que, bebendo da fonte mesma da associação razão-felicidade, ultrapassa a projeção “do melhor”. A distopia, negação da negação, por assim dizer, o polo oposto da eutopia, tem na projeção “do pior” a denúncia do presente e do futuro, fazendo do pessimismo a manifestação do seu “querer mais e melhor”.

O “lado negro da Utopia”, como batizaram Baccolini e Moylan (2003), cujos expoentes podemos destacar as obras de George Orwell, Aldous Huxley

e Eugeny Zamiatin, na primeira metade do século passado, não sem profunda influência das experiências totalitárias retomaram a pauta utópica da construção da sociedade ideal – o igualitarismo, a introdução do parâmetro científico nas relações interpessoais e a racionalização do Estado – a partir da crítica pessimista a esses preceitos.

“O mesmo motivo utópico da distribuição igual ou proporcional de quantidades, desenvolvido no socialismo utópico do século XIX, passará então a ser criticado enquanto modelo “totalitário”, uma vez sublinhado o seu caráter administrativo. A igualdade administrada ignora a diferença de cada ser humano, e consiste portanto em um *totalitarismo*”. (PENNA, 2008, p. 191).

Na literatura contemporânea, sobretudo na segunda metade do século XX, Ficção Científica e distopia muitas vezes se confundem, e certamente não seria exagero afirmar que o nascimento da primeira enquanto gênero literário teria transformado potencialmente o próprio pensamento utópico, não somente na sua manifestação poética. Pedra fundamental da Ficção Científica, *Frankenstein, ou o Prometeu Moderno*, de Mary Shelley, diferentemente do cânone construído posteriormente, não projeta sua trama no tempo futuro, mas articula uma temática que veio a ser muito explorada no século XX: a conexão entre tecnologia e terror.

*Frankenstein* desafia a natureza com a ciência. O domínio da primeira pela razão científica em Shelley alcança o bem supremo, a própria Vida, sugerindo que, guiando-se pela experimentação, a razão humana não tem limites. A criatura animada pela experimentação científica transfigura-se em um monstro,

de modo que esta obra tenha lançado, pois, a base poética da criação e do pensamento distópico: a razão humana cria tecnologias que se tornam uma ameaça à própria humanidade.

A ficção distópica se sustenta, assim, na crítica ao projeto moderno, lançando sua atenção ao tempo futuro. A “geração” primeira de distópicos (de obras tais quais as de Jerome K. Jerome, Zamiatin, Huxley, Karin Boye e Orwell), põe em pauta o projeto de emancipação do homem pela razão, lançando a reflexão sobre, principalmente, um aspecto fundamental deste: a razão, em vez de emancipar o homem, como sonhou a Utopia iluminista, o tecnificou; em vez de livrá-lo do controle do Estado e da vida institucional organizada, o próprio Estado e as instituições se apropriam da razão, então instrumental, para que a uniformização da sociedade viesse a servir ao projeto anti-esclarecido da moderna sociedade industrial.

#### 4. “Distopias do Controle”

As “distopias do controle” (PENNA, 2008) podem ser lidas, assim, como críticas ao projeto moderno, uma vez que representam não só pessimismo, mas desencanto para com a Razão e a Ciência, ao associá-las à dessubjetivação, ao controle, à reificação humana e a renúncia da liberdade. O Estado racionalizado e a vida tecnificada, mecanizada e padronizada aparecem em *Admirável Mundo Novo*, de Huxley, como palco para personagens estereis, sem autoconsciência e sem perspectiva de futuro. E em 1984 como paredes que se estreitam e fazem sufocar, sob os olhos sempre atentos da *Teletela*.

Mas a distopia não está à parte da Utopia; ela não é uma anti-Utopia. Pelo contrário, se pode dizer que, nela

inserida, a reflexão distópica concentra semelhantes pressupostos e propósitos, invertendo, todavia, os meios e os mecanismos pelos quais se articulam suas críticas. Se a utopia ultrapassa a realidade experimentada no cotidiano, abrindo e imaginando espaços para novos horizontes ao passo em que cria caminhos descontínuos no fluxo presente, o mesmo faz a distopia, na intenção de, através do estranhamento e da perplexidade, resgatar a empatia humana pelo humano. (PENNA, 2008). A distopia compartilha, assim, de uma consciência utópica que, diz Bloch, “quer enxergar bem longe, mas no fundo apenas para atravessar a escuridão bem próxima do instante que acabou de ser vivido, em que todo o devir está à deriva e oculto de si mesmo”. (BLOCH, 2005, vol. 1, p. 146).

Trata-se, pois, de uma tradição humanista que “sonhou em unir a humanidade através de uma compreensão comum do seu destino”. (HORKHEIMER, 2002, p. 95). Mas, ao projetar o fracasso humano, como o fez Orwell através da saga de Winston Smith finalmente asfixiada pela traição e pela violência dos mecanismos de controle do Estado,<sup>2</sup> articula uma autocrítica ao pensamento utópico moderno de emancipação do Homem pelo entendimento e pela racionalização das relações humanas. Como escreveu Horkheimer, o pensamento humanista achou que “poderia fazer surgir uma boa sociedade através da crítica teórica da prática contemporânea, que se encaminharia, então, para uma atividade política correta. Isso parece ter sido uma ilusão”. (HORKHEIMER, 2002, p. 95).

O pensamento distópico situa-se, assim,

---

2 Ou, como em *Admirável Mundo Novo*, Bernard Marx é posto em exílio e John, o Selvagem, tira a própria vida.

num espaço de crítica e de crise, experimentando a Utopia através do pessimismo. O dilema distópico é o de reconhecer na sociedade o fracasso do projeto moderno, ciente da ilusão que fora a “crença de que as soluções para os problemas básicos existiam, que era possível descobri-las e, desenvolvendo-se suficientes esforços altruístas, torná-las concretas neste mundo” (BERLIN, 1991, p. 15). Contudo, buscando novas imagens de futuro – narrando o pesadelo e produzindo um pensar-contra que esburaca “o véu de cegueira que a racionalização e o tecnicismo contemporâneo nos impõem” (SOUZA, 2006) – revela “a profunda pobreza de nosso presente”. (PENNA, 2008, p. 194).

As ficções científicas, em especial as distopias de controle, se apresentam como projeções de futuro, e este como via de acesso analógico ao presente, cuja inversão transforma presente em passado. E, assim, ao estabelecer o tempo presente como parte do processo histórico, chama atenção para o caráter móvel e mutável das estruturas, ao mesmo tempo em que lança luz sobre o papel fundamental que os indivíduos possuem, sobretudo enquanto transformadores em potencial da História.

Em outros termos, o engajamento da distopia se revela na “desafetação do presente”, na des-naturalização do real, de modo que o leitor possa perceber o seu tempo e si próprio como partes da História. Enfim, ela o convida à reflexão crítica, tal qual propôs o espírito de Marley ao ex-sócio Scrooge, em *Um Cântico de Natal* de Charles Dickens, como que se a ele dissesse: se as coisas continuarem se processando neste ritmo e neste sentido, é este o futuro que vos aguarda.

**Referências**

ADORNO, Theodor W. **Notas de Literatura I**. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2008.

BACCOLINI, Raffaella; MOYLAN, Tom. **Dark Horizons: science fiction and the dystopian imagination**. New York: Routledge, 2003.

BERLIN, Isaiah. **Limites da Utopia: Capítulos da História das Ideias**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

BICCA, Luiz. **Questões Persistentes**. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2003.

BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Ed. Centauro, 2002.

LIMA, Carlos. **Genealogia Dialética da**

**Utopia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PENNA, João Camilo. Máquinas Utópicas e Distópicas. In: NOVAES, Adauto (org.). **Mutações: ensaios sobre as novas configurações do mundo**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

QUINTANA, Mário. **Antologia Poética**. Porto Alegre: L&PM, 1997.

SOUZA, Edson Luiz de. Furos no Futuro: utopia e cultura. In: BARCELLOS, M.; SCHULER, F. (orgs). **Fronteiras: arte e pensamento na época do multiculturalismo**. Porto Alegre: Ed.Sulina, 2006.

\_\_\_\_\_. **Uma Invenção da Utopia**. São Paulo: Ed. Lumme, 2007.